

Mercado de Trabalho

conjuntura e análise

ANO 30 | outubro de 2024

78



Governo Federal

Ministério do Planejamento e Orçamento

Ministra Simone Nassar Tebet

ipea

Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidenta

Luciana Mendes Santos Servo

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Fernando Gaiger Silveira

Diretora de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Luseni Maria Cordeiro de Aquino

Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Cláudio Roberto Amitrano

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Aristides Monteiro Neto

Diretora de Estudos e Políticas Setoriais, de Inovação, Regulação e Infraestrutura

Fernanda De Negri

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Carlos Henrique Leite Corseuil

Diretor de Estudos Internacionais

Fábio Vêras Soares

Chefe de Gabinete

Alexandre dos Santos Cunha

Coordenadora-Geral de Imprensa e Comunicação Social

Gisele Amaral

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Mercado de Trabalho: conjuntura e análise

CORPO EDITORIAL

Editor Responsável

Sandro Pereira Silva

Membros

Carlos Henrique Leite Corseuil

Lauro Ramos

Sandro Sacchet de Carvalho

Equipe de Apoio

Gabriela Carolina Rezende Padilha

Leo Veríssimo Fernandes

Libania Araújo Silva

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

Mercado de trabalho : conjuntura e análise / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, (mar.1996)- .- Brasília: Ipea: Ministério do Trabalho, 1996-

Irregular (de 1996-2008); Trimestral (de 2009-2012); Semestral (a partir de 2013).

Título da capa: Mercado de Trabalho: conjuntura e análise
ISSN 1676-0883

1. Mercado de Trabalho. 2. Estatísticas do Trabalho. 3. Brasil. 4. Periódicos.
I. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. II. Brasil. Ministério do Trabalho.

CDD 331.1205

As publicações do Ipea estão disponíveis para download gratuito nos formatos PDF (todas) e ePUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

EVOLUÇÃO RECENTE DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA^{1,2}

Miguel Nathan Foguel³
Leo Veríssimo Fernandes⁴
Gabriela Carolina Rezende Padilha⁵

1 INTRODUÇÃO

Esta nota tem como objetivo analisar a evolução da taxa de participação brasileira entre 2012 e 2023, com um foco específico na dinâmica de queda durante a pandemia e na recuperação subsequente. A taxa de participação é definida como o percentual de pessoas na força de trabalho em relação à população em idade ativa (PIA), ou seja, acima de 14 anos. A força de trabalho, ou população economicamente ativa (PEA), é composta tanto pelos ocupados quanto pelos que procuram emprego. Portanto, movimentos que aumentam a ocupação ou o desemprego, mantendo a PIA estável, elevam a taxa de participação; enquanto aumentos na PIA, sem aumentos proporcionais na PEA, reduzem a taxa de participação

Em geral, é preferível que o aumento na taxa de participação seja impulsionado pelo aumento na ocupação, em vez do desemprego. O crescimento da taxa de participação derivado da criação de novos empregos geralmente indica um mercado de trabalho saudável e robusto. Por sua vez, um aumento na taxa de participação devido ao crescimento do desemprego pode sinalizar dificuldades no mercado de trabalho, onde mais pessoas buscam emprego sem sucesso. Portanto, analisar as fontes de variação na taxa de participação é fundamental para entender a saúde econômica e a dinâmica do mercado de trabalho em um dado período.

O gráfico 1 ilustra a evolução da taxa de participação, da taxa de ocupação (proporção de ocupados na PIA) e da taxa de desemprego no Brasil, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua de 2012 a 2023. Identificamos os impactos econômicos da pandemia principalmente a partir do primeiro trimestre de 2020, com queda significativa nos níveis de ocupação e participação. Este movimento contrasta com a situação no último trimestre de 2019, quando a participação estava próxima ao teto histórico.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bmt78/nt3>

2. Os autores agradecem as sugestões de aperfeiçoamento de Mário Magalhães.

3. Técnico de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea). *E-mail*: miguel.foguel@ipea.gov.br.

4. Pesquisador bolsista do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Disoc/Ipea. *E-mail*: leo.fernandes@ipea.gov.br.

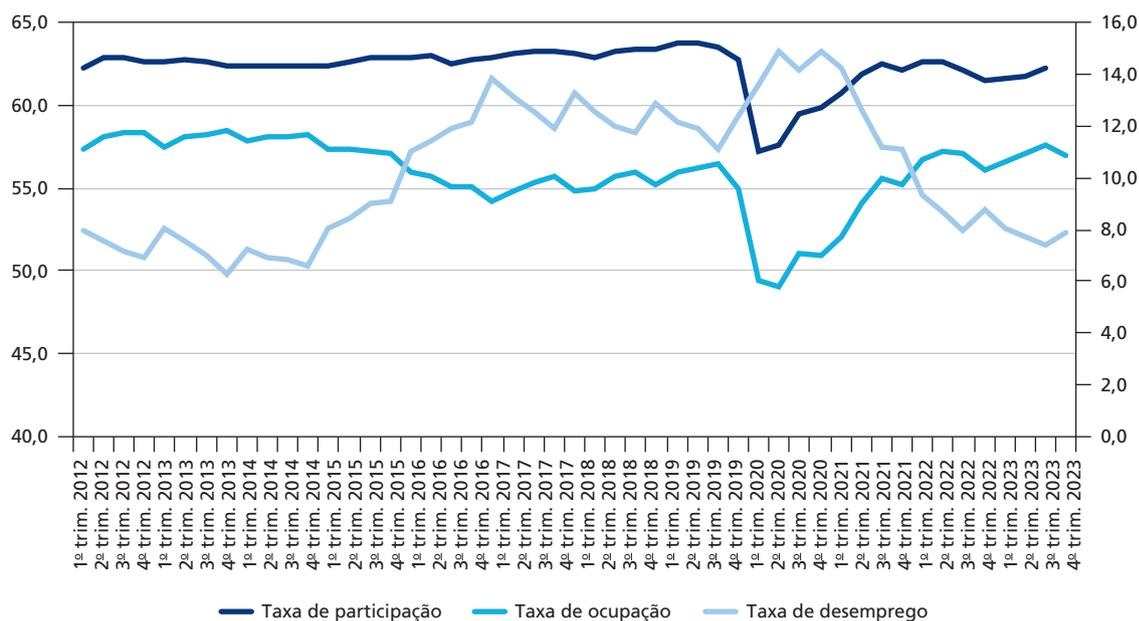
5. Pesquisadora bolsista do PNPD na Disoc/Ipea. *E-mail*: gabriela.padilha@ipea.gov.br.

Observamos uma queda brusca na taxa de participação e na taxa de ocupação, seguida por um período de estabilidade inicial e uma subsequente rápida recuperação, contemporânea ao relaxamento das restrições sanitárias, até atingir relativa estabilidade em níveis ainda inferiores aos dos pré-pandemia. A queda inicial pode ser explicada por dois movimentos: a transição da ocupação para a inatividade devido à contração econômica e a transição do desemprego para a inatividade, causada pela dificuldade de conseguir ou procurar emprego e pela perspectiva econômica desfavorável. Além de fatores estritamente econômicos, outros fatores adicionais explicam as mudanças na participação, como as recomendações sanitárias que dificultaram a procura de emprego, especialmente nos setores essenciais. Outro fator relevante foi o redesenho no sistema de transferências, implementado para permitir que as pessoas permanecessem em casa, aumentando tanto o valor quanto a cobertura dos benefícios.

GRÁFICO 1

Taxa de participação, taxa de ocupação e taxa de desemprego¹ no Brasil (2012-2023)

(Em %)



Fonte: PNAD Contínua/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Elaboração dos autores.

Nota: ¹ A taxa de desemprego está representada no eixo secundário, para melhor visualização dos dados.

Apesar da recuperação da taxa de participação após o fim das restrições sanitárias, a taxa ainda se encontra cerca de 1,1 ponto percentual (p.p.) abaixo de sua média na década passada, o que representa aproximadamente 1,9 milhão de pessoas. Diante desse cenário, uma questão que surge é entender se essa recente redução na taxa de participação foi mais influenciada por variações na ocupação ou no desemprego; e como essas variações têm evoluído ao longo da série histórica brasileira disponível desde 2012, através dos dados da PNAD Contínua. A seção 3 deste artigo, portanto, é dedicada a investigar essa questão.

Outro ponto relevante é investigar se há alguma heterogeneidade nas mudanças na participação no mercado de trabalho. O gráfico 1 representa a dinâmica da PIA como um todo, mas essa é formada por diferentes grupos que encaram cenários econômicos distintos e que se depararam com dificuldades específicas durante a pandemia. Empregos de maior qualificação tendem a ser mais flexíveis à adaptação ao teletrabalho, enquanto a localização geográfica em regiões metropolitanas (RMs) impacta a implementação de medidas de isolamento social. Além disso, uma maior carga de trabalho doméstico e cuidado com os filhos levou a uma queda maior na participação feminina. A recuperação posterior também pode afetar esses grupos de forma diferente, reforçando ou revertendo as desigualdades observadas. Para testar essa hipótese, e analisar as tendências de longo prazo, desagregamos as taxas de participação em grupos sociais distintos e observamos sua evolução para o período coberto pelos dados, de 2012 a 2023.

O restante desta nota está estruturado da seguinte forma: a seção 2 desenvolve uma breve discussão bibliográfica abrangendo outros artigos que trataram de temas similares; a seção 3 apresenta a decomposição da taxa de participação entre componentes de ocupação e desemprego; a seção 4 analisa a desagregação das taxas de participação entre diferentes grupos demográficos; e a seção 5 apresenta as considerações finais do artigo.

2 DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

Os impactos da pandemia sobre a força de trabalho são frequentemente abordados em artigos acadêmicos. No entanto, não encontramos trabalhos que realizem a desagregação específica apresentada neste estudo. A seguir, comentaremos alguns artigos que tratam do tema de forma mais geral. A revisão da literatura demonstrou que esse assunto é de interesse não apenas no Brasil, mas também nas principais economias mundiais.

Bauer *et al.* (2023), no artigo *Who's missing from the post-pandemic labor force?*, buscam explicar as variações na força de trabalho causadas pela pandemia, comparando o tamanho da força de trabalho no período de análise com o esperado antes da pandemia. Utilizando dados do Current Population Survey (CPS), os autores enfrentam desafios metodológicos, como a atualização dos pesos amostrais baseada no censo americano de 2020, que encontrou um aumento populacional significativo, refletido nos pesos amostrais a partir de 2022. Para contornar isso, utilizam a técnica denominada *backcasting* (projeção para trás) dos valores do censo até 2012.

A principal análise do artigo foca a variação da taxa de participação e do tamanho da PIA. A decomposição dessas variações considera mudanças na composição populacional (por raça, sexo e idade) e variações nas taxas de participação internas aos grupos. Os resultados mostram que a variação populacional, mantendo a participação intragrupo constante, geraria uma variação de -0,9% na taxa de participação, enquanto a variação da participação intragrupo, mantendo a população constante, não alteraria a taxa de participação relativa à observada em 2019. Isso indica que as mudanças populacionais explicam mais do que inteiramente a variação na taxa de participação nos Estados Unidos. Adicionalmente, o texto revela que a PIA tem 900 mil

pessoas a menos que o valor previsto, efeito principalmente causado por variações no tamanho da PIA, em comparação ao efeito da taxa de participação.

Para o caso brasileiro, temos uma série de artigos com autoria de Daniel Duque, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre/FGV), que analisam o impacto das mudanças nas transferências de renda sobre a oferta de trabalho de diferentes grupos (Duque 2023; 2024). A metodologia utiliza painéis geográficos, combinando características como RMs e Unidades Federativas. O foco principal é identificar regiões com maior cobertura de benefícios e transferências e observar como diferentes variáveis de interesse evoluem após mudanças no sistema de benefícios, como a criação do Auxílio Brasil e a ampliação do Bolsa Família.

Os artigos utilizam painéis geográficos e modelos de efeitos fixos para analisar o impacto específico das transferências sobre a participação. No artigo *Expansão do Auxílio Brasil gera empregos e reduz participação dos mais jovens*, Duque (2023) estima um modelo em qual a principal variável explicativa é o percentual da renda total advinda de transferências. O estudo encontra que, embora o efeito sobre a taxa de participação como um todo não seja significativo, há uma redução estaticamente significativa na participação dos jovens e um aumento na medida de empregos *per capita*, contrastando com o caso americano, em que os efeitos intragrupos são menores.

No artigo *Transferências reduzem taxa de participação, mas efeito se concentra em mulheres e jovens*, Duque (2024) confirma que as transferências de renda têm um efeito negativo na taxa de participação, concentrado em mulheres e jovens. Utilizando a mesma metodologia de painéis geográficos, o estudo sugere que as transferências aumentam os salários de reserva desses grupos, levando à redução na oferta de trabalho, em contraste com o caso americano, em que os efeitos intragrupos são pequenos e os homens adultos seguem uma tendência de longo prazo de queda na participação não alterada significativamente pela pandemia.

Em outro artigo recente publicado pelo Ibre/FGV, *Queda da taxa de participação se concentra entre pobres e menos escolarizados*, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira analisa cenários contrafactuais para a taxa de desemprego, considerando o que aconteceria se a taxa de participação tivesse se mantido no valor médio de 2018-2019 e se a PIA tivesse mantido a taxa de crescimento observada no período pré-pandemia (Oliveira, 2023). Os resultados mostram que as taxas de desemprego seriam consideravelmente maiores, com a manutenção da taxa de participação isoladamente aumentando a taxa de desemprego em 2,6 p.p. Em consonância com os artigos anteriores, encontra-se que o efeito negativo da participação ocorreu principalmente entre os mais pobres e menos escolarizados, indicando a necessidade de políticas públicas específicas para esses grupos.

Por fim, o artigo *Desempenho recente do mercado de trabalho*, publicado pelo Ipea na Carta de Conjuntura nº 63, referente ao primeiro trimestre de 2024, analisa o desempenho recente do mercado de trabalho. Os dados mostram que a força de trabalho cresceu 1,8% no trimestre encerrado em abril de 2024, crescimento maior que o da PIA. A taxa de participação atingiu 62,4% em abril, acima dos 61,8% do ano anterior. O crescimento da população ocupada é

identificado como o único fator responsável pela queda do desemprego, causado pela expansão da ocupação em 2,8% (Lameiras, Fernandes e Padilha, 2024).

A principal contribuição original do artigo é a classificação das situações do mercado de trabalho via um diagrama de fases que compara as taxas de desemprego e participação com suas médias históricas. Uma taxa de desemprego baixa em relação à média histórica em consonância com uma taxa de participação alta sob o mesmo critério é considerada uma situação confortável, em que a geração de emprego é suficiente para absorver a expansão da força de trabalho. Por sua vez, uma situação com taxa de participação menor e taxa de desemprego mais elevada que suas médias históricas é classificada como desconfortável. Na situação atual, apesar do desemprego baixo, a taxa de participação ainda está abaixo da média histórica, configurando uma situação incerta. Vale ressaltar que parte da mudança na taxa de participação é causada por variações na composição da PIA, como o envelhecimento da população (Lameiras, Fernandes e Padilha, 2024).

A conclusão geral dos artigos mencionados é que os efeitos negativos na taxa de participação se concentram em grupos específicos (mulheres, jovens, trabalhadores de baixa qualificação), os quais, de modo geral, têm rendimentos mais baixos do que suas categorias de comparação. Fica como uma questão em aberto se as variações na participação são oriundas principalmente de mudanças na ocupação ou no desemprego.

3 DECOMPOSIÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Metodologia

Para investigar essa questão, portanto, realizamos uma decomposição da taxa de participação que apresentaremos nesta seção. Como mencionado anteriormente, a taxa de participação (TP) é definida como a razão entre a PEA e a PIA:

$$TP = \frac{PEA}{PIA} \quad (1)$$

Multiplicando a equação (1) tanto no numerador quanto no denominador pelo número de ocupados (*ocup*), temos:

$$TP = \frac{PEA}{PIA} \times \left(\frac{ocup}{ocup} \right) = \frac{PEA}{ocup} \times \frac{ocup}{PIA} \quad (2)$$

A taxa de ocupação (TO) é definida pelo percentual de ocupados como proporção da PIA ($\frac{ocup}{PIA}$). A taxa de desemprego (TD), por sua vez, é igual ao número de desocupados (*desocup*) como proporção da PEA ($\frac{desocup}{PEA}$). Por construção lógica, o número de ocupados como proporção da PEA pode ser expresso como (1 – taxa de desemprego). Substituindo essas definições na equação (2), temos:

$$TP = \frac{PEA}{ocup} \times \frac{ocup}{PIA} = \frac{1}{(1 - TD)} \times TO = \frac{TO}{(1 - TD)} \quad (3)$$

Aplicando o logaritmo natural na equação (3), obtemos uma expressão linearizada:

$$\ln(TP) = \ln(TO) - \ln(1 - TD) \quad (4)$$

Com base na equação (4), calculamos as variações interanuais da taxa de participação para todos os trimestres (t) de 2013 a 2023:

$$\ln(TP)_t - \ln(TP)_{t-4} = [\ln(TO)_t - \ln(TO)_{t-4}] - [\ln(1 - TD)_t - \ln(1 - TD)_{t-4}] \quad (5)$$

$$\Delta \ln(TP) = \Delta \ln(TO) - \Delta \ln(1 - TD) \quad (6)$$

Para melhorar a interpretação dos dados, incorporamos o sinal negativo da equação na frente do componente do gráfico correspondente a $\Delta \ln(1 - TD)$, que chamamos de *variação da taxa de desemprego*. Assim, no caso de um aumento na taxa de desemprego, $(1 - TD)$ diminuirá e, conseqüentemente, $\Delta \ln(1 - TD)$ será negativo. No entanto, ao incorporar o sinal negativo na frente, isto é, $-\Delta \ln(1 - TD)$, o movimento se tornará positivo. Portanto, o componente do gráfico que estamos chamando de *variação da taxa de desemprego* varia na mesma direção que o movimento da própria taxa de desemprego.

Dessa forma, a variação da taxa de participação corresponde exatamente à soma da variação da taxa de ocupação com o que denominamos *variação da taxa de desemprego*:

$$\underbrace{\Delta \ln(TP)}_{\text{variação da taxa de participação}} = \underbrace{\Delta \ln(TO)}_{\text{variação da taxa de ocupação}} + \underbrace{(-\Delta \ln(1 - TD))}_{\text{"variação da taxa de desemprego"}} \quad (7)$$

3.2 Resultados

O resultado da decomposição pode ser observado no gráfico 2, que registra as variações interanuais das taxas de participação, ocupação e desemprego, entre 2013 a 2023. O gráfico 2 mostra que, durante grande parte do período pré-pandemia (2013-2019), as pequenas variações na taxa de ocupação e na taxa de desemprego se compensam, fazendo com que a taxa de participação se mantenha relativamente estável.

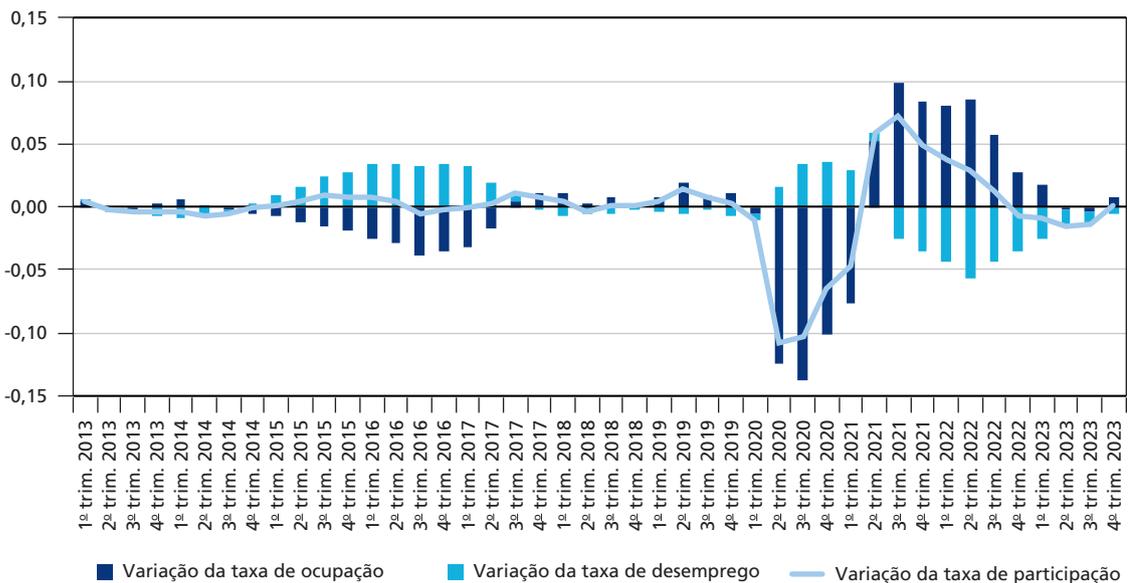
Destacam-se apenas três momentos de variações interanuais positivas da taxa de participação: 2015, 2017 e 2019. Em 2015, a crise econômica provocou grandes aumentos na taxa de desemprego e quedas na taxa de ocupação, mas como o aumento do desemprego foi maior que a queda na ocupação, a taxa de participação variou positivamente. Essas variações positivas na taxa de desemprego e negativas na taxa de ocupação permanecem em 2016, mas passam a se compensar, levando à estabilidade da taxa de participação em relação ao ano anterior. Já no final de 2017 e ao longo de 2019, o aumento da taxa de participação é puxado pelo componente da ocupação.

O gráfico 2 também mostra que a pandemia de covid-19 (2020) resultou em uma queda acentuada na taxa de ocupação em termos interanuais, resultando em uma redução significativa na taxa de participação, que só não foi maior porque foi acompanhada pelo aumento no desemprego. A partir de 2021, a forte recuperação da ocupação se torna o principal fator que contribui para o aumento da taxa de participação. Retorna-se ao padrão de 2019, mas dessa vez com intensidade maior, em que a ocupação puxa a participação para cima, mesmo

com fortes quedas no desemprego, já que os movimentos na ocupação são tão grandes que superam os movimentos no desemprego. Esse cenário se mantém para a maior parte de 2022.

A partir do quarto trimestre de 2022, contudo, a queda na taxa de desemprego em relação ao mesmo trimestre do ano anterior passa a ser maior que o aumento da taxa de ocupação no mesmo período, fazendo com que a taxa de participação caia, e isso também ocorre no primeiro trimestre de 2023. Nos dois trimestres seguintes, a ocupação retrai um pouco, e esse movimento, associado à queda do desemprego, mantém o processo de queda da participação. Isso só é revertido no último trimestre de 2023, em que os movimentos da ocupação e desemprego parecem se compensar novamente, e a taxa de participação se mantém estável em relação ao ano anterior.

GRÁFICO 2
Decomposição das variações interanuais da taxa de participação (2013-2023)
 (Em p.p.)



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Elaboração dos autores.

Em suma, até o início da pandemia, observa-se uma relativa estabilidade na taxa de participação, com movimentos de compensação entre as taxas de ocupação e de desemprego, mesmo durante o período da grande recessão entre 2015 e 2016. Esse cenário é bruscamente interrompido com o início da pandemia, com queda significativa da taxa de participação puxada pela redução acentuada da taxa de ocupação até o último trimestre de 2020. A partir disso, há uma reversão expressiva da taxa de participação, cujo aumento foi liderado pela recuperação da ocupação. Desde o fim de 2022, no entanto, observa-se uma redução interanual moderada da taxa de participação, que tem sido puxada pela queda na taxa de desemprego.

4 DESAGREGAÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO

Como mencionado anteriormente, uma questão importante é entender se a queda na taxa de participação ocorreu de forma heterogênea entre os diferentes grupos demográficos, mantendo ou alterando desigualdades pré-existentes antes da pandemia. Os gráficos 3 e 4, portanto, mostram a evolução da taxa de participação desagregada por diferentes recortes de interesse entre 2012 e 2023. Contudo, dado que a taxa de participação em 2019 estava, em média, mais alta do que em outros períodos anteriores à pandemia, pode não ser coerente utilizá-la como referência de comparação. Para complementar a análise dos gráficos, elaboramos a tabela 1, que compara a média da taxa de participação no período pré-pandemia como um todo (2012-2019) com a média de 2023, destacando as diferenças absolutas e relativas entre os dois períodos.

Analisando os gráficos 3 e 4, observa-se, em praticamente todos os recortes analisados, um movimento generalizado de queda forte na taxa de participação durante a pandemia, seguido de uma recuperação que não atinge os níveis observados na pré-pandemia. Apenas três grupos apresentaram crescimento, tanto em termos absolutos quanto relativos, na média de 2023 em comparação à média de 2012-2019 (tabela 1): a região Centro-Oeste, o conjunto de pessoas que possui nível superior completo, e o conjunto de pessoas que não são consideradas chefes no domicílio. No entanto, a magnitude desse movimento de queda na taxa de participação não foi uniforme, afetando alguns grupos mais do que outros.

Regionalmente, o gráfico 3B mostra que o Centro-Oeste, com a maior taxa de participação do país no período pré-pandemia, manteve essa posição no pós-pandemia, sendo a única região com crescimento tanto em termos absolutos (0,7 p.p.) quanto relativos (1,1%) ao comparar a média de 2023 com a média de 2012-2019 (tabela 1). Em contrapartida, o Norte e, especialmente, o Nordeste foram as regiões que mais sofreram perdas na participação. Esse movimento contribuiu no sentido de aumentar a desigualdade regional, tendo em vista que o Norte e o Nordeste têm as menores taxas de participação do país, abaixo de 60%.

No que se refere ao gênero (gráfico 3C e tabela 1), observa-se que a queda na taxa de participação foi maior para os homens (-2 p.p. e -2,7%) do que para as mulheres (-0,2 p.p. e -0,4%), embora a taxa de participação feminina ainda seja cerca de dois terços da masculina.

Quanto à raça (gráfico 3D), ambos os grupos tiveram quedas na taxa de participação, mas a queda foi maior para brancos e amarelos em comparação aos pretos, pardos e indígenas na média de 2023 em relação à média de 2012-2019 (tabela 1).

Em relação à faixa etária, os grupos de 40 anos ou mais e jovens de 18 anos a 24 anos tiveram as maiores quedas absolutas e relativas na taxa de participação (tabela 1). Para os jovens, isso pode se dever à vulnerabilidade no primeiro emprego e/ou à entrada tardia no mercado de trabalho, possivelmente por estarem se dedicando mais aos estudos. Estudos adicionais são necessários para investigar essa tendência, contudo.

Na análise por nível de escolaridade, os grupos de baixa escolaridade (até ensino fundamental incompleto e completo) apresentaram as maiores quedas na taxa de participação dentre todos

os grupos analisados na tabela 1.⁶ Destaca-se negativamente a queda significativa de 6,5 p.p. em termos absolutos e 13,7% em termos relativos para o grupo com ensino fundamental incompleto, e de 7 p.p. e 11,8% para o grupo com ensino fundamental completo (tabela 1).

É importante assinalar que a queda da participação dos sem instrução ou com ensino fundamental incompleto vem ocorrendo desde 2012, e agora esse grupo possui a menor taxa de participação da série histórica, com uma média de 40,8%. Por sua vez, o grupo com ensino fundamental completo, que até 2018 estava à frente do grupo com ensino médio incompleto, passou a ter a segunda menor taxa de participação a partir desse momento e se manteve assim no pós-pandemia. Por outro lado, o único grupo que apresentou aumento na taxa de participação foi o de pessoas com ensino superior completo, sugerindo maiores oportunidades de trabalho remoto ou em setores menos afetados pela pandemia.

Outro aspecto que chama bastante atenção na tabela 1 está ligado aos dados referentes à condição no domicílio. Nota-se uma forte queda, tanto em termos brutos quanto relativos, na taxa de participação das pessoas consideradas chefes de família,⁷ concomitante ao crescimento da participação dos outros moradores no domicílio (considerados aqui como não chefes de família) na comparação das médias nos períodos pré-pandemia e pós-pandemia. A aproximação entre os dois grupos é um processo que vem ocorrendo desde 2015 e que se intensificou a partir de 2021, conforme mostra o gráfico 4C.

Uma possível hipótese para esse movimento é a recente mudança na composição dos grupos demográficos, decorrente do aumento do número de mulheres que se autodeclararam chefes de família na última década. Em 2012, o percentual de mulheres que se declaravam chefes de família na PNAD Contínua era de 35,7%; mas, em 2023, esse indicador passou a ser de 51,7%, superando o total de homens nessa condição (Monteiro, 2024). Esse fenômeno reflete diversas mudanças recentes nos arranjos familiares, como o aumento do número de mães solo – que, em sua maioria, vivem em domicílios monoparentais compostos apenas por elas e seu(s) filho(s) (Feijó, 2023).⁸ Sem morar com parentes ou agregados que poderiam dividir as responsabilidades de cuidado, essas mães enfrentam desafios significativos para se inserirem no mercado de trabalho, o que poderia explicar a redução da taxa de participação dos chefes de família.

Por fim, a tabela 1 revela que as regiões não metropolitanas sofreram uma queda comparativamente maior na taxa de participação do que as RMs na média pós-pandemia em relação à média do período pré-pandemia. O gráfico 4D mostra que, entre 2012 e 2014, havia uma tendência de convergência entre os grupos; mas, a partir de 2015, a participação nas RMs

6. Essa observação também foi identificada em Oliveira (2023).

7. É importante esclarecer que o termo *chefe de família* utilizado neste texto é sinônimo do termo *pessoa responsável pelo domicílio* utilizado pelo IBGE. De acordo com a definição do IBGE, a pessoa responsável pelo domicílio é aquela que é considerada assim pelos demais moradores; no caso de haver mais de uma pessoa, é a que dentre as pessoas responsáveis foi “escolhida pelos moradores para constar como tal para que seja estabelecida a relação de parentesco ou convivência no domicílio” (IBGE, 2024, p. 13). Portanto, o conceito não está limitado à capacidade financeira do indivíduo em questão.

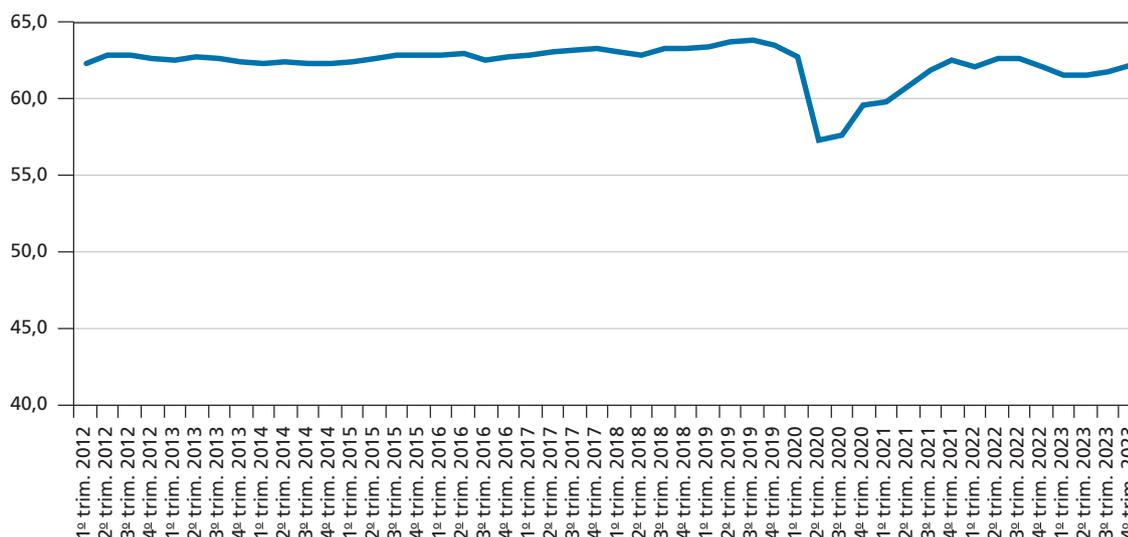
8. Segundo estimativas de Feijó (2023) a partir dos dados da PNAD Contínua, no quarto trimestre de 2022, dentre todas as mães solo entre 15 anos e 60 anos, 29,4% estavam fora da força de trabalho. Considerando somente as que possuem filhos pequenos, eram 32,4%. Para mães solo de crianças pequenas e autodeclaradas negras a situação é ainda pior, em que 34,6% delas estava fora da força de trabalho na semana de referência.

creceu, ampliando a diferença. Na pandemia, a diferença até chegou a diminuir, mas a recuperação no período de pós-pandemia manteve uma diferença de 5 p.p. entre as médias de 2023.

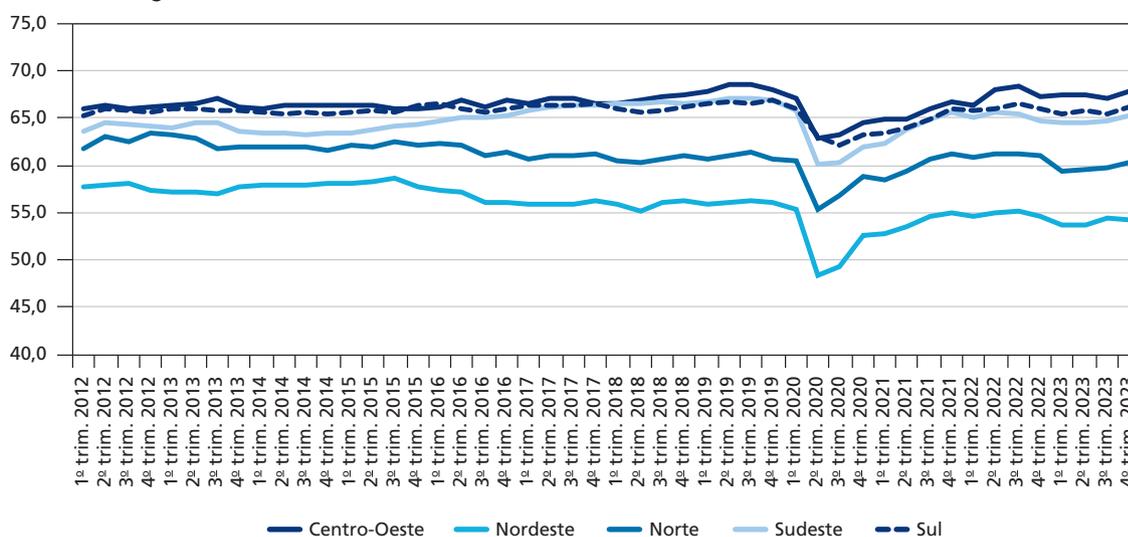
GRÁFICO 3

Taxa de participação desagregada por recortes: Brasil, regiões, sexo e cor (2012-2023)
(Em %)

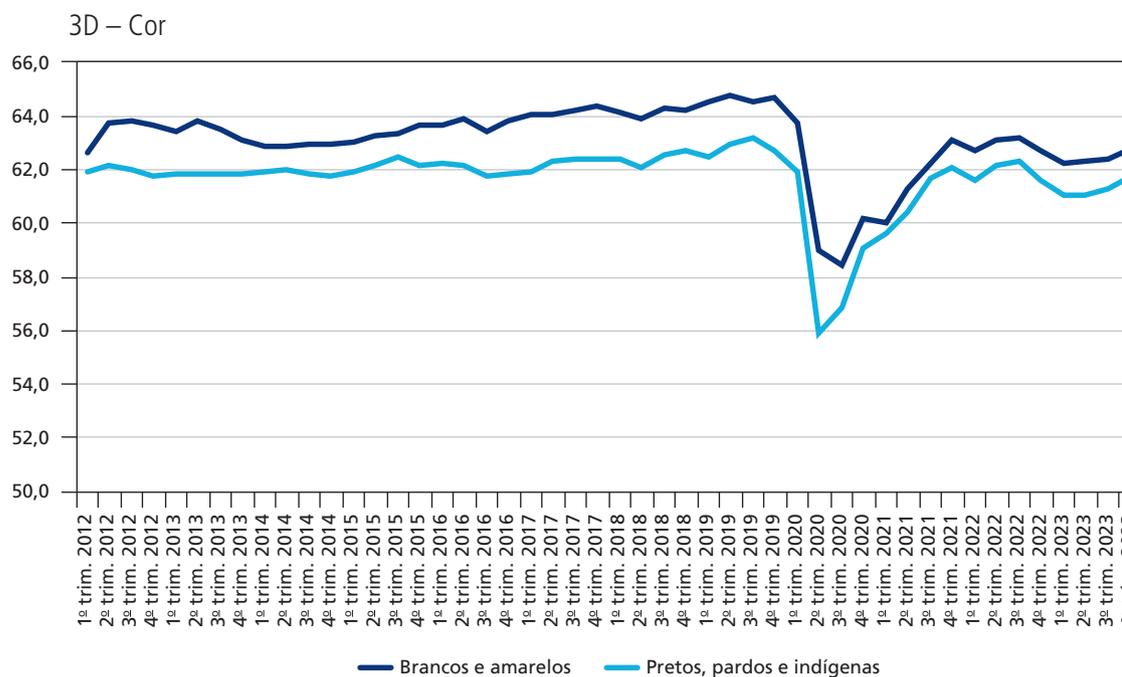
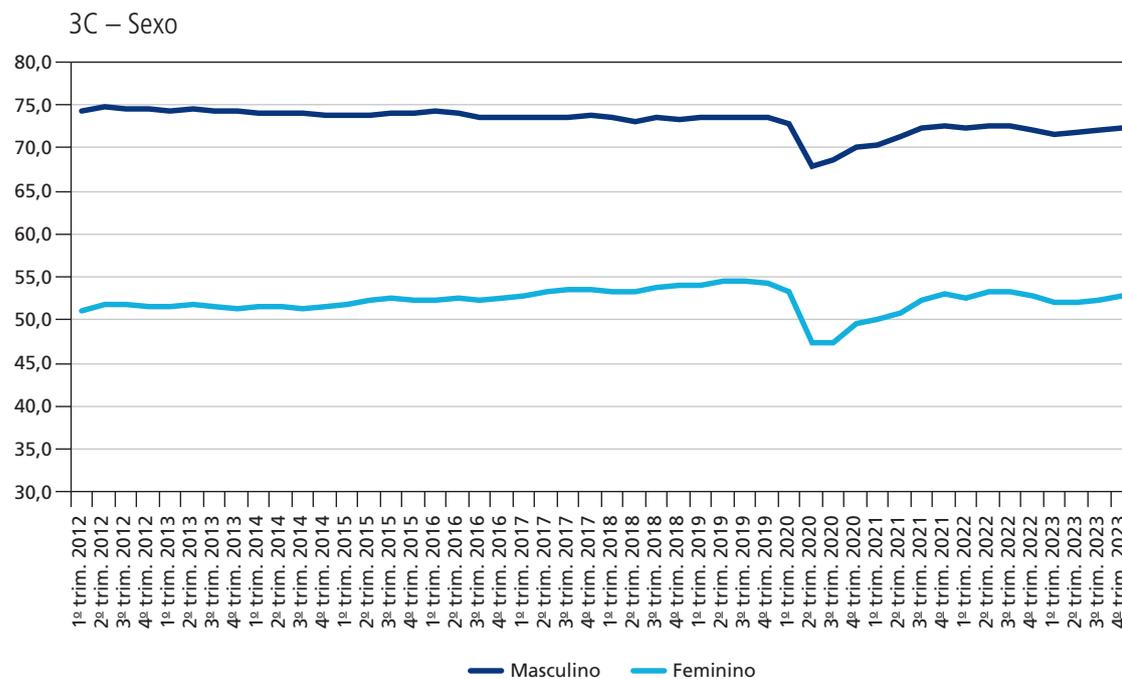
3A – Brasil



3B – Regiões



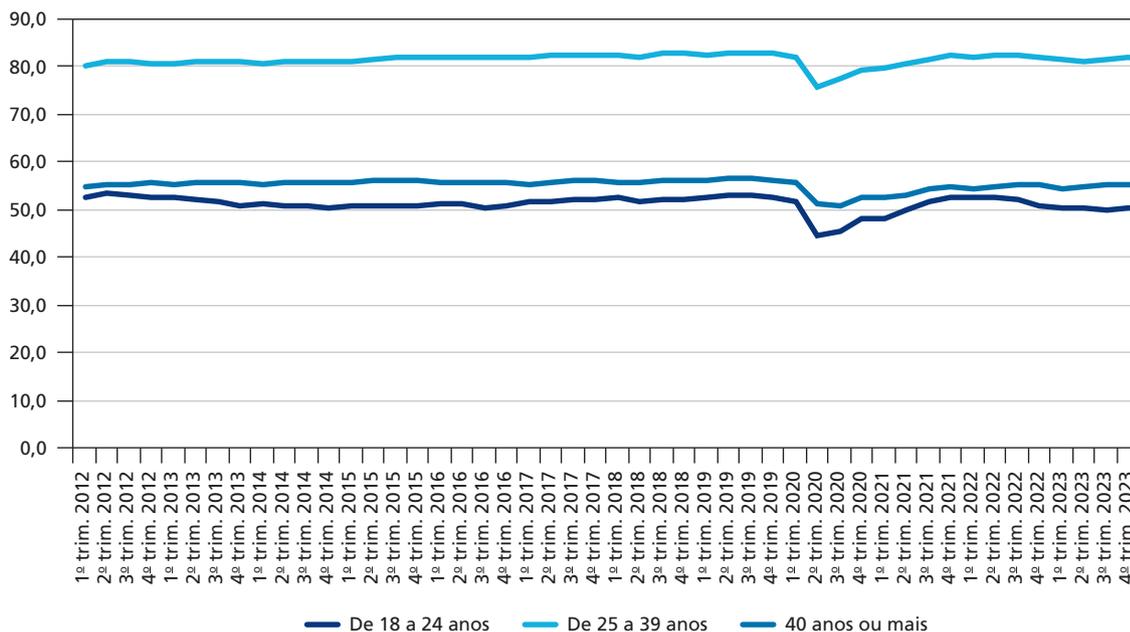
Evolução recente da taxa de participação brasileira



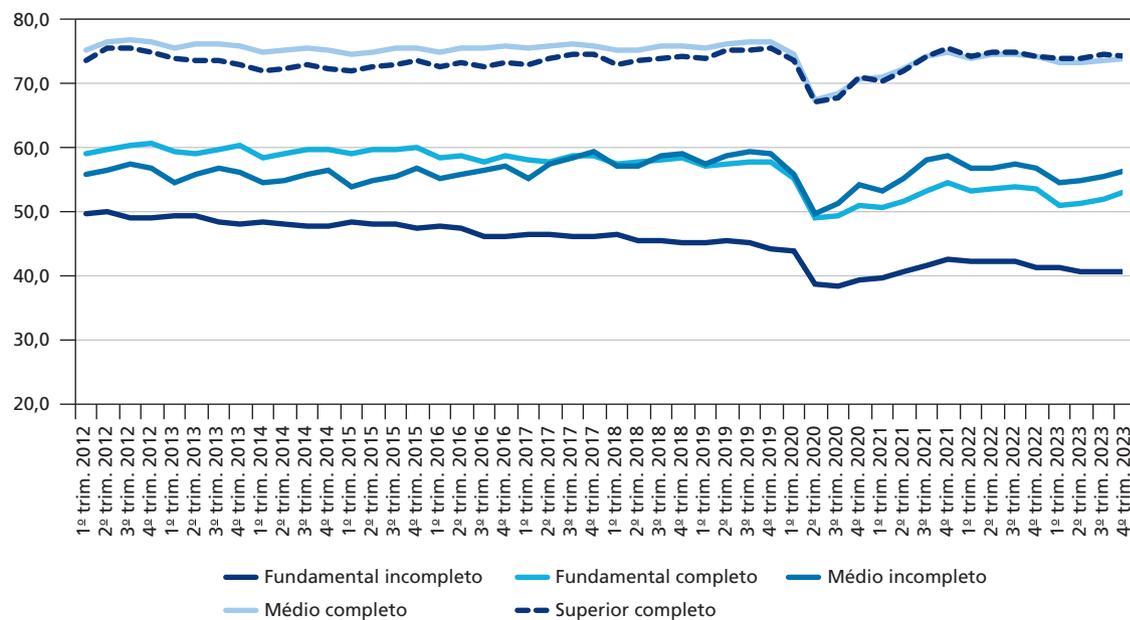
Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 20 jun. 2024.
Elaboração dos autores.

GRÁFICO 4
Taxa de participação desagregada por recortes: idade, nível de escolaridade, condição no domicílio, e se mora em RM (2012-2023)
 (Em %)

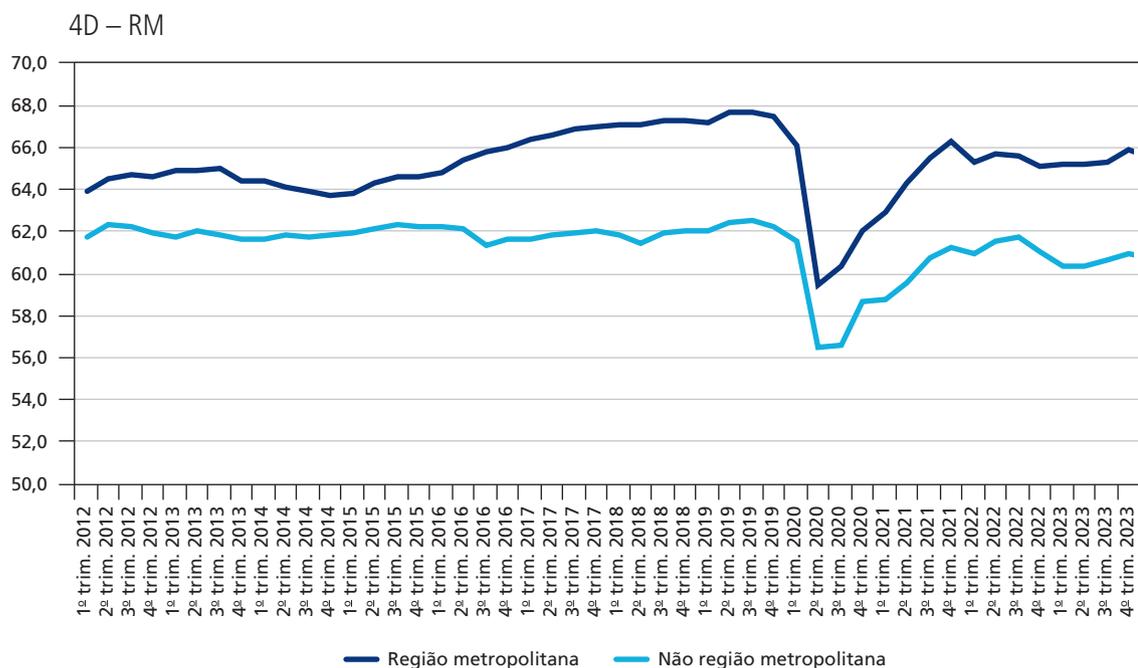
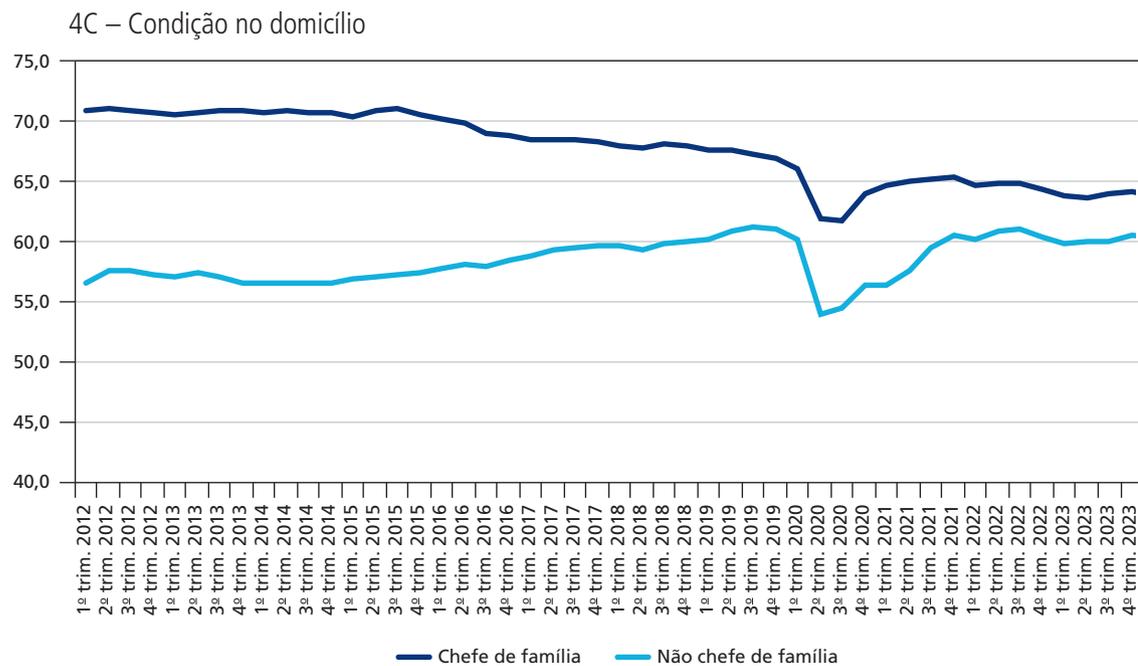
4A – Idade



4B – Nível de escolaridade



Evolução recente da taxa de participação brasileira



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Elaboração dos autores.

TABELA 1
Taxa de participação desagregada por recortes: médias e diferenças brutas e relativas

	Média 2012-2019	Média 2023	Diferença bruta (p.p.)	Diferença relativa pré-pandemia (%)
Brasil	62,9	61,8	-1,1	-1,7
Centro-Oeste	66,7	67,4	0,7	1,1
Nordeste	57,0	54,0	-3,0	-5,3
Norte	61,7	59,7	-2,0	-3,2
Sudeste	65,0	64,7	-0,3	-0,5
Sul	66,0	65,7	-0,3	-0,5
Masculino	73,9	71,9	-2,0	-2,7
Feminino	52,5	52,3	-0,2	-0,4
Branco e amarelo	63,7	62,4	-1,3	-2,0
Pretos, pardos e indígenas	62,2	61,3	-0,9	-1,4
De 18 anos a 24 anos	51,8	50,3	-1,5	-2,9
De 25 anos a 39 anos	81,7	81,5	-0,2	-0,3
40 anos ou mais	55,8	55,0	-0,8	-1,4
Até fundamental incompleto	47,3	40,8	-6,5	-13,7
Fundamental completo	58,9	51,9	-7,0	-11,8
Médio incompleto	56,7	55,3	-1,4	-2,4
Médio completo	75,8	73,6	-2,2	-2,9
Superior completo	73,8	74,2	0,4	0,6
Chefe de família	69,6	63,9	-5,7	-8,2
Não chefe de família	58,3	60,1	1,9	3,3
Região Metropolitana	65,6	65,4	-0,2	-0,3
Não Região Metropolitana	62,0	60,6	-1,4	-2,2

Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=microdados>. Acesso em: 20 jun. 2024.

Elaboração dos autores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A taxa de participação é um dos indicadores econômicos mais importantes de um país, pois revela a capacidade de uma economia de aproveitar produtivamente a sua população em idade de trabalhar. Acompanhar e entender sua evolução, assim como analisar sua heterogeneidade entre grupos sociais, é, portanto, uma tarefa importante.

Após um período de relativa estabilidade, a taxa de participação no Brasil passou por mudanças bruscas associadas com a entrada e a saída da pandemia. O período pandêmico foi marcado por uma redução expressiva da participação, o que se explica majoritariamente pela queda na taxa de ocupação em comparação com o aumento da taxa de desemprego.

Esse quadro se reverte na recuperação após a pandemia, quando a ocupação volta a se elevar substancialmente, com a queda da taxa de desemprego desempenhando um papel secundário na elevação da participação. Mais recentemente, observa-se um declínio moderado na taxa de participação, movimento que é basicamente puxado pela redução do desemprego. Ao final desse processo de oscilação, a taxa de participação encontra-se cerca de 1 p.p. mais baixo do que sua média histórica antes da pandemia.

A análise ainda revela que a pandemia teve um impacto desigual na taxa de participação da força de trabalho no Brasil. Enquanto a região Centro-Oeste e alguns grupos específicos, como aqueles com ensino superior completo e não chefes de família, mostraram resiliência e até aumento na taxa de participação, outros grupos, especialmente aqueles com baixa escolaridade e os de chefes de família, sofreram quedas mais acentuadas. As regiões Norte e Nordeste também foram particularmente afetadas negativamente. Essas desigualdades destacam a necessidade de políticas direcionadas para apoiar os grupos mais vulneráveis no mercado de trabalho pós-pandemia.

REFERÊNCIAS

BAUER, L. *et al.* Who's missing from the post-pandemic labor force? **Brookings**, 4 abr. 2023. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/whos-missing-from-the-post-pandemic-labor-force/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

DUQUE, D. Expansão do Auxílio Brasil gera empregos e reduz participação dos mais jovens. **Blog do Ibre (FGV)**, 27 abr. 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/expansao-do-auxilio-brasil-gera-empregos-e-reduz-participacao-dos-mais-jovens>. Acesso em: 5 jul. 2024.

DUQUE, D. Transferências reduzem taxa participação, mas efeito se concentra em mulheres e jovens. **Blog do Ibre (FGV)**, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/transferencias-reduzem-taxa-participacao-mas-efeito-se-concentra-em-mulheres-e-jovens>. Acesso em: 5 jul. 2024.

FEIJÓ, J. Mães solo no mercado de trabalho. **Blog do Ibre (FGV)**, 12 maio 2023. Disponível em: <https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>. Acesso em: 5 jul. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: notas técnicas – versão 1.17. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102086>. Acesso em: 6 jul. 2024.

LAMEIRAS, M. A. P.; FERNANDES, L. V.; PADILHA, G. C. R. Desempenho recente do mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, n. 63, nota 23, 2º trim. 2024. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2024/06/desempenho-recente-do-mercado-de-trabalho-5/>. Acesso em: 5 jul. 2024.

MONTEIRO, S. Mulheres: responsabilidades aumentam mais que a renda. **Blog da Conjuntura Econômica (Ibre/FGV)**, 18 mar. 2024. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/artigos/mulheres-responsabilidades-aumentam-mais-que-renda>. Acesso em: 5 jul. 2024.

OLIVEIRA, L. G. S. de. Queda da taxa de participação se concentra entre pobres e menos escolarizados. **Portal FGV**, 23 jun. 2023. Disponível em: <https://portal.fgv.br/artigos/queda-taxa-participacao-se-concentra-entre-pobres-e-menos-escolarizados>. Acesso em: 5 jul. 2024.

Missão do Ipea

Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria ao Estado nas suas decisões estratégicas.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO
E ORÇAMENTO

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO